

Expresso

17-09-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 1056 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 5

Expresso, 17 de setembro de 2016

OPERAÇÃO MARQUÊS

Interrogatório Empresário não revela motivo das transferências para patrão do Grupo Lena

Bataglia não explica 12 milhões

MICAEL PEREIRA

Confrontado com o esquema financeiro que o Ministério Público acredita ter servido para fazer chegar 17,5 milhões do Grupo Espírito Santo até José Sócrates quando o principal arguido da 'Operação Marquês' era primeiro-ministro, o empresário luso-angolano Hélder Bataglia recusou-se a revelar durante o interrogatório a que foi submetido em Luanda o motivo de ter transferido, durante 2008 e 2009, um total de 12 milhões de euros para contas na Suíça de Joaquim Barroca Rodrigues, um dos donos do Grupo Lena. No ano passado, depois de também ser sido constituído arguido neste caso de corrupção, Joaquim Barroca contou ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) que as suas contas foram usadas por Carlos Santos Silva e que nada sabia sobre essas transferências que tiveram origem nas duas *offshores* de Bataglia. Para o MP, Carlos Santos Silva, empresário e antigo colaborador do Grupo Lena, é suspeito de ser um testa de ferro de Sócrates, sendo alegadamente o ex-primeiro-ministro o verdadeiro beneficiário de 23 milhões de euros acumulados até final de 2009 em contas na UBS, na Suíça.

Antigo parceiro de negócios da família Espírito Santo em África, através do grupo Escom, de que foi presidente e acionista, Hélder Bataglia foi interrogado em abril pela Direção Nacional de Investigação e Ação Penal angolana, a pedido do MP português. Dos 40 factos com que foi confrontado, o único em relação ao qual o empresário luso-angolano recusou prestar esclarecimentos tem que ver precisamente com os 12 milhões de euros transferidos a partir de contas na UBS, na Suíça, tituladas por *offshores* controladas por ele, a Markwell e a Monkway, para as contas de Joaquim Barroca, também elas abertas na UBS. Bataglia justificou a recusa com razões de foro pessoal e profissional, e a conselho dos seus advogados, não se mostrando assim disponível para re-



o MP suspeita de que Bataglia serviu de intermediário entre o Grupo Espírito Santo e Sócrates FOTO TIAGO MIRANDA

velar nem os motivos nem o contexto desses movimentos bancários.

Assumindo que recebeu 15 milhões com origem na Espírito Santo Enterprises (uma *offshore* que o DCIAP está convencido ter funcionado como um saco azul do Grupo Espírito Santo), Bataglia quis deixar claro no interrogatório que não tinha conhecimento de qualquer ligação entre o GES e José Sócrates e que desconhecia igualmente as "relações concretas" que existiam entre Carlos Santos Silva e o antigo primeiro-ministro.

Hélder Bataglia foi questionado sobre outras transferências — que o DCIAP estima em nove milhões de euros — feitas para José Paulo Pinto de Sousa, primo direito de Sócrates, mas, ao contrário do que fez em relação a Joaquim Barroca, deu explicações sobre esses movimentos, dizendo acreditar que o valor estaria mais próximo dos sete milhões e que se tratou de um empréstimo. O presidente da Escom admitiu que é amigo de longa data de José Paulo Pinto de Sousa, empresário também em Angola. Segundo ele,

emprestou o dinheiro quando o amigo atravessava dificuldades financeiras, sendo que 4,5 milhões de euros dessa dívida foram trocados pela participação de 50% numa sociedade detentora de um terreno de salinas (em Benguela), havendo ainda um montante por saldar, que não quis quantificar. O

primo do ex-primeiro-ministro viria a transferir 5,5 milhões de euros para Carlos Santos Silva, o que levou o MP a alegar que esses movimentos se incluem no esquema de pagamentos corruptos a Sócrates.

Bataglia faz parte do lote de 18 arguidos da 'Operação Marquês' e está indiciado de crimes de corrupção ativa para ato ilícito, de branqueamento de capitais e de fraude fiscal qualificada. No ano passado, chegou a oferecer-se para vir a Portugal prestar declarações, desde que fosse ao abrigo de uma convenção de auxílio judiciário da CPLP de forma a garantir que não seria preso durante a sua deslocação a Lisboa. O DCIAP acabaria por não viabilizar esse formato e preferiu enviar um carta rogatória à Procuradoria-Geral da República angolana com a lista de perguntas. Contactado pelo Expresso, o seu advogado, Rui Patrício, disse não pretender fazer comentários, "a não ser para fazer a disponibilidade e a prontidão na rogatória".

mperreira@expresso.impresa.pt

HÉLDER BATAGLIA FOI QUESTIONADO SOBRE TRANSFERÊNCIAS — DE 7 A 9 MILHÕES — FEITAS PARA UM PRIMO DIREITO DE SÓCRATES